

SÁBADO, 17/05/2008

## Raízes da opressão e luta pela liberdade

*O dia 13 de maio tem duplo registro na história brasileira: a data da assinatura da Lei Áurea, pela princesa Isabel, em 1888, e declaração de guerra contra os botocudos, por dom João, em 1808*

*Regina Horta Duarte e  
Sérgio Danilo Junho Pena*



A assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel completou 120 anos em 13 de maio. Na mesma data, exatamente há 200 anos, em 1808, o bisavô de Isabel, o então príncipe regente dom João, recém-chegado ao Brasil, assinou Carta Régia na qual ordenava o início imediato de uma guerra ofensiva aos índios botocudos na capitania de Minas Gerais. Para além da coincidência, os dois eventos ensejam importantes reflexões para a história da sociedade brasileira.

Durante muito tempo, as comemorações da abolição da escravatura realizaram-se com o elogio da princesa “redentora”, cujo humanismo e vontade teriam estabelecido a liberdade em nossas terras. As pesquisas históricas das últimas décadas, por sua vez, destacaram o papel dos próprios escravos nessa conquista. Homens e mulheres escravizados construíram, ao longo dos séculos, resistências e estratégias cotidianas nas quais se evidenciava sua capacidade criativa nas relações com seus senhores.

Se o papel ativo dos escravos deve ser necessariamente ressaltado nas comemorações, a Lei Áurea não pode, entretanto, ser desmerecida. Os mesmos pesquisadores que descartaram o mito da “redenção” apontam como a lei foi decisiva. Ser escravo significava ser comprado e vendido, e homens e mulheres forras se movimentavam na sociedade escravista sob o constante medo de serem injustamente reescravizados. Nesse contexto, não era pouco importante a extinção da escravidão. Disso sabiam todos os que encheram as ruas de várias cidades do Brasil nas comemorações, que se estenderam por vários dias. Segundo Machado de Assis, naquele domingo ensolarado, mesmo os mais encolhidos dos caramujos participaram do delírio das comemorações. Da importância da lei estavam conscientes também os fazendeiros escravistas que, ao experimentar o ato como amarga derrota, engrossaram o coro das críticas à monarquia, derrubada no ano seguinte ao da abolição.

A imagem da princesa, mesmo distante da heroína libertadora de escravos, permanece positiva na história da conquista da liberdade no Brasil. O dia 13 de maio guarda, entretanto, a memória de outro evento histórico nada louvável aos nossos olhos contemporâneos: a declaração de guerra aos botocudos, pelo príncipe dom João.

De acordo com os valores predominantes no império português, sociedade monárquica baseada no direito divino, a guerra justa, defensiva ou ofensiva podia ser declarada em situações específicas, como recuperar territórios

indevidamente tomados, submeter rebeldes, assim como vingar e reparar injúrias.

Dom João mencionava vários atos praticados pelos botocudos como justificativa para sua decisão: esses índios teriam invadido várias fazendas situadas no Vale do Rio Doce, devastando-as e obrigando seus proprietários a abandoná-las com grave prejuízo para eles e para a Coroa. Além disso, ao contrário de outros índios mansos, os botocudos mantinham-se isolados, eximindo-se do dever de submissão e gratidão ao poder da Coroa.

### **Antropofagia questionada**

A máxima justificativa para a guerra residia na suposta prática de antropofagia dos botocudos, vistos numa situação limítrofe entre a humanidade e a animalidade, de onde só poderiam ser resgatados pela superioridade das armas reais. A Carta Régia evocava cenas bárbaras, nas quais portugueses e índios mansos eram mortos, seu sangue sorvido através de suas feridas, seus corpos dilacerados e seus “tristes restos” devorados.

Estudos contemporâneos questionam a antropofagia entre as populações botocudas de Minas Gerais. Entretanto, ao longo do século 19, as descrições contidas na Carta foram continuamente reforçadas. Exploradores, viajantes e funcionários da monarquia repetidamente caracterizaram assim os botocudos, mesmo que ninguém efetivamente tenha presenciado tais rituais ou encontrado provas contundentes de sua realização, baseando-se sempre em boatos ou no “ouvir contar”.

Certamente, a Carta Régia teve um papel fundamental na atribuição de canibalismo aos botocudos. Afinal, era a palavra do príncipe. Divulgada entre os súditos, surgiu como uma enunciação extremamente conveniente para justificar a dizimação de todos aqueles indígenas que teimavam em percorrer vastos territórios em sua vida nômade e guerreira, alheios aos valores e práticas da sociedade ocidental e cristã.

Logo no início da colonização, depois do descobrimento, o interesse em relação aos índios dirigiu-se à possibilidade do escambo, como no caso do pau-brasil. Rapidamente, a escravidão indígena tornou-se o motivo para as reduções e aldeamentos indígenas, assim como das entradas. Posteriormente, o interesse pelos índios como mão-de-obra se deslocaria para o domínio das suas terras. Na capitania de Minas isso ocorreu a partir das últimas décadas do século 18.

O Vale do Rio Doce era, até então, uma área proibida ao deslocamento e fixação dos súditos, assim como à navegação dos seus rios. Com isso, a Coroa visava garantir que a limitação da movimentação a poucas estradas pudesse facilitar o seu controle e impedir o contrabando de metais preciosos. Ao longo desse período, a mata se adensou, a floresta assumiu proporções majestosas e os horizontes permaneciam ocultos pelos vários estratos vegetais que, sobrepostos, abrigavam, além de uma impressionante biodiversidade, uma pluralidade humana constituída pelas várias populações indígenas nômades ali presentes. Paradoxalmente, a interdição muitas vezes alimentou a cobiça sobre a região. Há notícias da realização de diversas expedições exploratórias e de muitos conflitos violentos com as populações indígenas, configurando uma dinâmica área de fronteira, conquista e contato cultural.

A chegada da corte ocorreu num momento em que as atividades mineradoras já haviam declinado significativamente. Outras demandas tornaram-se prioritárias: o abastecimento de víveres e a ligação das regiões interiores ao litoral, a abertura de fazendas para criação e cultivo, a necessidade de novos caminhos que viabilizassem o transporte seguro e previsível de pessoas, bens e riquezas a serviço dos interesses da metrópole interiorizada no Rio de Janeiro.

Uma dinâmica econômica e social diferenciada emergia, no Centro-sul da colônia, onde as tropas percorriam precários caminhos abertos com urgência. Por elas, transportaram-se produtos in natura, muitas vezes como presentes para dom João, que, em troca, distribuía títulos de nobreza e terras. O Vale do Rio Doce já se apresentava como uma região promissora. As exuberantes florestas ocupadas pelos índios já eram objeto de cobiça, como novas terras

para ocupação, cultivo e expansão da civilização. Um emissário do príncipe, enviado ao local em abril de 1808, ouviu e transmitiu a dom João a opinião de um comandante local segundo a qual o único meio eficaz de garantir a ocupação seria lançar mão de violência contra os índios botocudos. Pouco depois a guerra foi declarada, oficializando uma violência efetivamente praticada há várias décadas.

### **O terror do rei**

É certo que houve também a escravização dos índios. A Carta estabeleceu a guerra nas estações secas (já que era impossível para os soldados lutarem, ou mesmo sobreviver na mata, em períodos chuvosos), até que os botocudos pedissem paz, “movidos do justo terror” das armas reais, tornando-se vassalos úteis e passando a gozar da “felicidade conseqüente do Estado Social”. O governador da província de Minas formou um corpo de soldados e comandantes. Os índios armados tornavam-se prisioneiros de guerra enquanto durasse a sua “ferocidade”. É claro que todos os índios foram encontrados armados, pois todos se muniam de arcos e flechas.

O soldo de cada comandante era proporcional à prevenção de novos ataques botocudos às plantações, assim como ao número de índios aprisionados e/ou mortos. O príncipe recomendava ainda a avaliação de todos os meios de exploração local, o exame das cachoeiras e das formas possíveis de navegação através do Rio Doce. Os desbravadores contaram, por 10 anos, com isenção de impostos sobre a produção, assim como sobre o comércio através do rio.

Nas décadas seguintes, os índios foram dizimados pelas armas, mas também pelo recurso à guerra biológica, com a distribuição de roupas contaminadas com varíola. Isso não ocorreu sem que eles desenvolvessem várias estratégias ativas de luta e sobrevivência ao longo dos séculos, o que explica a existência atual de populações indígenas no território mineiro. A paisagem também foi transformada. As culturas avançaram sobre a mata. Abriram-se estradas. Os recursos naturais foram exauridos: depauperaram-se a fauna, a flora, os solos e os rios.

Entre o príncipe dom João e a princesa Isabel, nos dois “13 de maio”, predominaram valores e práticas diferentes. Não se trata de construir mitos ou derrubá-los, como tantas vezes é feito por meio do recurso à história. Entender os caminhos da construção ou destruição da liberdade e da justiça na história da sociedade brasileira é uma forma privilegiada de avaliarmos nossos desafios e de estabelecer um diálogo com os homens de nosso tempo. Afinal, são tantos os tipos de escravidão instalados em nosso presente, e é contra eles que nos cabe lutar.

***Regina Horta Duarte, do Departamento de História, e Sérgio Danilo Junho Pena, do Departamento de Bioquímica e Imunologia, são professores residentes do Instituto de Estudos Avançados e Transdisciplinares (Ieat) da UFMG no período 2008/2009.***